



SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL

PORTARIA CONJUNTA Nº 3, DE 26 DE MAIO DE 2017

Dispõe sobre limitação para empenho e movimentação financeira.

A PRESIDENTE DO SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL E DO CONSELHO NACIONAL DE JUSTIÇA, OS PRESIDENTES DOS TRIBUNAIS SUPERIORES, DO CONSELHO DA JUSTIÇA FEDERAL E DO CONSELHO SUPERIOR DA JUSTIÇA DO TRABALHO E O PRESIDENTE DO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO DISTRITO FEDERAL E DOS TERRITÓRIOS, no uso de suas atribuições e tendo em vista o disposto no artigo 9º da Lei Complementar n. 101, de 4 de maio de 2000, e no artigo 58, caput e §§ 1º e 3º da Lei n.13.408, de 26 de dezembro de 2016 e no Ofício Interministerial n. 3/SE/MP/MF, de 22 de maio de 2017,

RESOLVEM:

Art. 1º Ficam indisponíveis para empenho e movimentação financeira os valores constantes do Anexo desta Portaria, consignados aos Órgãos do Poder Judiciário da União pela Lei 13.414, de 10 de janeiro de 2017.

Art. 2º Fica revogada a Portaria Conjunta nº 2, de 6 de abril de 2017.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

MINISTRA CÁRMEN LÚCIA

**Presidente do Supremo Tribunal Federal
e do Conselho Nacional de Justiça**

MINISTRO GILMAR MENDES

Presidente do Tribunal Superior Eleitoral,

MINISTRA LAURITA VAZ

**Presidente do Superior Tribunal de Justiça
e do Conselho da Justiça Federal**

MINISTRO IVES GANDRA FILHO

**Presidente do Tribunal Superior do Trabalho
e do Conselho Superior da Justiça do Trabalho**

REVOGADO

MINISTRO JOSÉ COÊLHO FERREIRA
Presidente do Superior Tribunal Militar

Des. MÁRIO MACHADO VIEIRA NETO
Presidente do Tribunal de Justiça
do Distrito Federal e dos Territórios

REVOGADO

Nº 101, segunda-feira, 29 de maio de 2017

ANEXO

Limite Indisponível Para Empenho e Movimentação Financeira
Outros Custeios e Capital

RS 1,00

	Órgão	Valor
10.000	Supremo Tribunal Federal	2.794.874
11.000	Superior Tribunal de Justiça	13.025.363
12.000	Justiça Federal	86.664.427
13.000	Justiça Militar da União	2.792.326
14.000	Justiça Eleitoral	222.226.940
15.000	Justiça do Trabalho	80.984.609
16.000	Justiça do DF e Territórios	7.711.296
17.000	Conselho Nacional de Justiça	14.980.529